

Sumário

A CRIAÇÃO DE TRF'S

<i>Os Tribunais do Século XXI</i> Reis Friede	15
<i>A necessidade de ampliação da Justiça Federal de 2º Grau</i> Nino Oliveira Toldo.....	17

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>Contra um processo penal ideológico</i> Paulo Bueno de Azevedo	21
<i>Aquisição do sentido - questões de hermenêutica</i> Márcio Pugliesi	45
<i>A prescrição em perspectiva como falta de interesse de agir na ação penal</i> Ana Lya Ferraz da Gama Ferreira	67
<i>Férias judiciais - análise crítica no Brasil e no mundo</i> Moisés Anderson Costa Rodrigues da Silva.....	81

JURISPRUDÊNCIA EM DESTAQUE

<i>Tráfico transnacional de drogas. Dosimetria da pena: primariedade, bons antecedentes, ausência de provas de má conduta social e personalidade voltada à prática de crimes. Causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06: inaplicabilidade: "mula": provas de envolvimento com organização criminosa.</i> ACr 0005627-53.2011.4.03.6119 Relator Desembargador Federal Antonio Cedenho.....	99
---	----

COMENTÁRIOS

Cristiane Farias Rodrigues dos Santos	127
Leonardo Safi de Melo.....	139
Roberto da Silva Oliveira.....	145

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Concurso público. Professor de educação infantil. Ambiguidade do edital e respectiva retificação. Exigência de nível superior não prevista em lei. Impossibilidade.

AMS 0000331-11.2005.4.03.6103

Desembargadora Federal Regina Costa.....153

Anistiado político. Pretensão de majoração da prestação mensal reparatória. Consideração de possíveis projeções profissionais no cálculo da indenização. Ausência de comprovação de situações paradigmas a ensejarem o atendimento à postulação.

Ag AC 0000984-85.2006.4.03.6100

Desembargador Federal Márcio Moraes.....157

Concurso público. Carteiro. Paralisação no membro superior do braço esquerdo. Sujeição ao exame de barra fixa. Violação do princípio da isonomia e da dignidade da pessoa humana.

AMS 0000610-38.2008.4.03.6120

Desembargador Federal Nery Júnior.....163

Ação de responsabilização por ato de improbidade. Omissão de declaração em documento público em benefício de empresa. Documento necessário para participação em licitação. Atos devidamente comprovados. Elemento subjetivo caracterizado.

AC 0002904-20.2008.4.03.6102

Desembargadora Federal Cecília Marcondes167

Ação Civil Pública. Pedidos do Estado de São Paulo de compra de medicamentos por força de determinação judicial recusados pelas empresas fornecedoras. Abuso de poder econômico não demonstrado. Relação de consumo entre as fornecedoras de fármacos e o ente estatal configurada.

AI 0037364-98.2011.4.03.0000

Desembargador Federal André Nabarrete178

Responsabilização do Estado por danos morais. Recusa administrativa de benefício previdenciário posteriormente concedido em ação judicial.

AC 0001030-16.2012.4.03.6116

Desembargadora Federal Alda Basto.....192

Pedido de antecipação de tutela. Programa “Melhor em casa”. Fornecimento de tratamento domiciliar (“home care”), bem como custeio e fornecimento de medicamentos e insumos nutricionais a idosa que sofreu aneurisma cerebral.

AI 0006641-28.2013.4.03.0000

Desembargador Federal Johonsom di Salvo196

Processo Administrativo. Juiz Federal. Substituto. Vitaliciamento.
PA 0009081-94.2013.4.03.0000
Desembargador Federal Fábio Prieto 207

Suspensão de Liminar. Suspensão de execução de contrato firmado decorrente de pregão presencial. Descontinuidade da produção de radiofármacos pela CNEN detentora do monopólio nuclear da União.
SLAT 0011866-29.2013.4.03.0000
Desembargador Federal Newton De Lucca 212

DIREITO CIVIL

SFH. Seguro habitacional. Vícios de construção. Desmoronamento. Cobertura caracterizada. Indenização destinada a amortização do saldo devedor.
AC 0013623-08.2006.4.03.6110
Desembargador Federal André Nekatschalow 217

DIREITO PENAL

Delitos dos artigos 184, § 2º e 334, do Código Penal. Suspensão do processo e do prazo prescricional.
ACr 0003274-08.1999.4.03.6104
Desembargador Federal Peixoto Junior 235

Crime de corrupção passiva imputado a policiais rodoviários federais. Reconhecimento de circunstância agravante genérica de abuso de poder.
ACr 0003895-65.1999.4.03.6181
Desembargador Federal Paulo Fontes 240

Crime contra a ordem tributária. Sonegação fiscal. Suspensão do processo até conclusão da discussão na esfera cível. Impossibilidade. Suspensão dos direitos políticos.
ACr 0009930-31.2005.4.03.6181
Desembargador Federal Nelton dos Santos..... 253

Pedido de direito de resposta. Não recepção da Lei nº 5.250/67. Vigência do instituto por previsão constitucional. Conteúdo calunioso da matéria publicada em periódico.
ACr 0003737-63.2006.4.03.6181
Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 258

Furto qualificado. Custódia cautelar mantida. Prova papiloscópica categórica. Dosimetria da pena. Ressarcimento da vítima.
ACr 0011862-49.2008.4.03.6181
Desembargadora Federal Vesna Kolmar 264

Roubo qualificado. Concurso de pessoas. Desclassificação para o delito de receptação.
ACr 0007693-77.2012.4.03.6181
Desembargador Federal José Lunardelli..... 270

Crime de falsidade ideológica. Declaração de pobreza para obtenção do benefício da justiça gratuita. Advogado. Trancamento do inquérito policial. Constrangimento ilegal evidenciado.

HC 0009631-89.2013.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Paulo Domingues281

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Pensão por morte. Situação de desemprego. Qualidade de segurado comprovada.

Ag AC 0010792-88.2008.4.03.6183

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 289

Benefício assistencial. Rediscussão da matéria. Fato constitutivo. Decisão monocrática: ausência de ilegalidade ou abuso de poder.

Ag AC 0052082-81.2008.4.03.9999

Desembargadora Federal Daldice Santana..... 292

Aposentadoria por invalidez. Auxílio-doença. Requisitos não comprovados. Ausente incapacidade total e permanente ou temporária. Portador de distímia, somatizações e depressão psíquica leve.

Ag AC 0001407-83.2009.4.03.6118

Desembargadora Federal Mônica Nobre 295

Aposentadoria por idade. Trabalhadora rural. Regime de economia familiar. Produção em larga escala.

EDcl AC 0002577-87.2009.4.03.9999

Desembargador Federal Baptista Pereira 302

Conversão de aposentadoria por tempo de contribuição integral em especial. Operador de pregão. Atividade especial.

Ag AC 0011446-41.2009.4.03.6183

Desembargador Federal Nelson Bernardes 308

Pensão por morte. Contribuinte individual. Ausência de contribuições. Contribuição “post mortem”. Impossibilidade.

Ag AC 0040054-47.2009.4.03.9999

Desembargadora Federal Lucia Ursaia..... 321

Aposentadoria por idade rural. Reconhecimento de atividade rural em regime de economia familiar. Ação Rescisória. Cônjuge aposentado por invalidez e residência em área urbana.

AR 0006110-10.2011.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Ciro Brandani 324

Auxílio-reclusão. Último salário do segurado superior ao limite legal. Posterior situação de desemprego. Requisitos preenchidos.

Ag ApelReex 0006568-66.2012.4.03.9999

Juíza Federal Convocada Raquel Perrini..... 328

Ação civil pública. Assistência social. Ausência de Vara Federal na comarca do domicílio do beneficiário. Competência da Justiça Estadual. Ministério Público Estadual. Legitimidade ativa para atuar na Justiça Federal. Defesa de direitos individuais homogêneos. Interesse social.

AgRg AC 0012330-63.2012.4.03.9999

Desembargador Federal Walter do Amaral..... 336

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ação Civil Pública. Plano de Assistência Social aos trabalhadores do setor sucroalcooleiro. Contabilidade específica.

EDcl AC 0000496-14.2008.4.03.6116

Desembargadora Federal Marisa Santos..... 347

Embargos à Execução. Flexibilização da coisa julgada. Julgado que determinou a revisão de aposentadoria e contrariou o entendimento do STF quanto ao cálculo do teto legal.

AC 0008171-19.2008.4.03.9999

Desembargadora Federal Vera Jucovsky 352

Mandado de Segurança contra ato de juiz de direito de Vara da Infância e Juventude. Ordem para que o INSS continuasse arcando com pensão por morte a menor emancipada.

MS 0000250-96.2009.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 376

Prosseguimento da Execução para recebimento tão somente de valores atinentes à parte do pedido não albergada pela coisa julgada operada em momento anterior nos feitos que tramitaram perante o JEF.

Ag AI 0035806-28.2010.4.03.0000

Desembargador Federal Fausto De Sanctis..... 395

Ação Civil Pública. Dano ambiental. Impossibilidade jurídica do pedido. Litispêndência. Competência. Prevenção. Carência da ação. Prescrição.

AI 0032976-21.2012.4.03.0000

Desembargadora Federal Marli Ferreira 398

Suspensão da inscrição do devedor nos órgãos de proteção ao crédito. REsp nº 113.749-7/CE. Garantia idônea e suficiente.

Ag AI 0001931-62.2013.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Leonel Ferreira 404

Conflito de Competência. Ação versando sobre benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez cumulado com pedido de indenização por dano moral. Competência delegada da Justiça Estadual.

CC 0016118-75.2013.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Souza Ribeiro 410

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Recurso Especial. Obrigatoriedade da aplicação da atenuante genérica de confissão.
 REsp ACr 0003530-93.2000.4.03.6100
 Desembargadora Federal Salette Nascimento.....415

Prisão domiciliar. Revogação. Apenado com condições de saúde atualmente favoráveis ao cumprimento da pena em estabelecimento penal ou hospitalar. Cometimento, ainda, de falta grave durante o cumprimento da pena.
 AgExPe 0010249-86.2011.4.03.6181
 Desembargador Federal Luiz Stefanini418

Inquérito Policial. Denúncia por crimes contra o sistema financeiro. Início de mandato de prefeito durante a instrução processual. Foro por prerrogativa de função. Réu não reeleito.
 IP 0008695-82.2012.4.03.6181
 Desembargador Federal Roberto Haddad 434

“Habeas Corpus”. Verificação da capitulação legal no início do inquérito policial: possibilidade. Prisão preventiva. Significativa dúvida quanto à real identidade do paciente. Prisão cautelar: necessidade. Descabimento de outras medidas cautelares menos severas.
 HC 0010482-31.2013.4.03.0000
 Juiz Federal Convocado Márcio Mesquita..... 438

“Habeas Corpus”. Intimação do advogado constituído sobre a sentença condenatória pela imprensa oficial. Ausência de notificação pessoal do condenado que respondeu solto ao processo. Inércia do advogado. Prejuízo manifesto.
 HC 0013146-35.2013.4.03.0000
 Desembargadora Federal Cecilia Mello 445

DIREITO TRIBUTÁRIO

Matriz e filiais. Ilegitimidade ativa das filiais reconhecida de ofício. PIS. COFINS. Inclusão do ICMS na base de cálculo.
 AMS 0003300-70.2008.4.03.6110
 Juiz Federal Convocado Herbert de Bruyn451

Imposto de renda. Valores recebidos de forma acumulada. Reclamação Trabalhista. Cálculo com base no montante global. Impossibilidade.
 ApelReex 0006901-34.2010.4.03.6104
 Desembargadora Federal Diva Malerbi 469

Imposto de renda. Pessoa física. Valores recebidos acumuladamente. Incidência conforme tabela progressiva. Juros moratórios. Contexto da perda do emprego. Isenção.
 Ag ApelReex 0001614-34.2012.4.03.6100
 Desembargadora Federal Consuelo Yoshida475

Débitos inscritos em DAU. Principal, multa, encargos e juros de mora. Pagamento à vista com anistia parcial dos acessórios. Depósitos judiciais. Conversão em renda do principal depositado. Ag AI 0028268-25.2012.4.03.0000
Desembargador Federal Carlos Muta 482

SENTENÇAS

Ação Civil Pública. Demolição e remoção de píer localizado na Praia da Feiticeira – Ilha-bela. Condenação ao pagamento de indenização pelo dano ambiental. Invalidação do alvará de construção emitido pela Municipalidade.
0005461-06.2010.4.03.6103
Juiz Federal Ricardo de Castro Nascimento501

Responsabilidade objetiva da INFRAERO. Ato ilegal e abusivo. Procedimento de inspeção mais gravoso adotado pelos agentes para acesso à área de embarque de aeroporto. Usuário pessoa com deficiência. Danos morais.
0009851-64.2011.4.03.6303
Juíza Federal Marilaine Almeida Santos..... 507

Pensão por morte. Dependente. Filha emancipada.
0001996-85.2012.4.03.6307
Juiz Federal Claudio Roberto Canata 523

Responsabilidade objetiva da instituição financeira. Danos morais. CEF a negar a existência da conta, posteriormente apurando a ocorrência de fraude no levantamento de valores.
0007376-07.2012.4.03.6108
Juiz Federal José Francisco da Silva Neto 529

Desembargador integrante do TRT. Direito a licença-prêmio por assiduidade em razão do exercício das atividades de auxiliar judiciário e oficial de justiça antes do ingresso na magistratura. Direito adquirido do autor aos períodos remanescentes da licença-prêmio averbados em seu prontuário, para gozo oportuno ou cômputo para fins de aposentadoria.
0014921-55.2012.4.03.6100
Juiz Federal Djalma Moreira Gomes..... 532

Mandado de Segurança. Garantia do direito líquido e certo à matrícula no curso técnico de automação industrial sob o regime de cotas instituído pela Lei nº 12.711/2012.
0000589-43.2013.4.03.6103
Juiz Federal David Diniz Dantas537

Antecipação de tutela. Determinação para que o Senado Federal se abstenha de utilizar colunas e matérias veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo em seus “clippings” digital e impresso, devendo retirar de seu “site” as matérias reproduzidas indevidamente.
0010829-97.2013.4.03.6100
Juíza Federal Marcelle Ragazoni Carvalho 545

SÚMULAS551

